

CORRECOR YAUARI TAPICHE

BOLETIM
INFORMATIVO



SETEMBRO 2025

Articulação em Lima entre CTI, Univaja e OGM em parceria com a Orpio, apoia criação da Reserva Indígena Yavarí-Mirim

Entre 23 e 29 de agosto, uma comitiva brasileira formada por lideranças da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) e da Organização Geral dos Mayoruna (OGM), acompanhadas pelo consultor do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Hilton Nascimento, esteve em Lima para apoiar politicamente a Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (ORPIO) e a Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSEP) na mobilização pela criação da Reserva Indígena Yavarí-Mirim. Destinada à proteção de povos indígenas isolados no médio Javari peruano, Yavarí-Mirim se trata da última grande área com presença de povos indígenas isolados não reconhecida no âmbito do Corredor Territorial Yavari-Tapiche.

Durante a visita, a delegação participou de reuniões com ministros peruanos e outros atores institucionais, além de eventos sobre os 19 anos da Lei de Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI). As ações de incidência política, conduzidas com apoio do CTI, seguiram até 4 de setembro, visando fortalecer o respaldo institucional para a aprovação da reserva pela Comissão Multissetorial.



© Acervo CTI

EM DESTAQUE

Corredor Yavari-Tapiche – Encontro debate estratégias para proteger os povos indígenas do Brasil e no Peru

Nos dias 7 e 8 de julho, foi realizado o Encontro Binacional Anual entre a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) e a Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (ORPIO), com participação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). O encontro reuniu lideranças de povos indígenas do Brasil e do Peru para fortalecer a defesa dos territórios no Corredor Yavari-Tapiche.

Foram discutidos temas como sistemas de monitoramento e vigilância,

soberania alimentar e a rede de comunicadores indígenas do corredor. Também foi firmado um novo acordo, entre as organizações participantes, para ações binacionais de proteção e governança indígena, além de alertas sobre ameaças nas fronteiras.

As organizações reafirmaram o compromisso de seguir com a troca de experiências em vigilância territorial entre os dois países.

Confira o post no instagram da Univaja

PERU: Reserva Yavari Mirim corre perigo por inação das autoridades

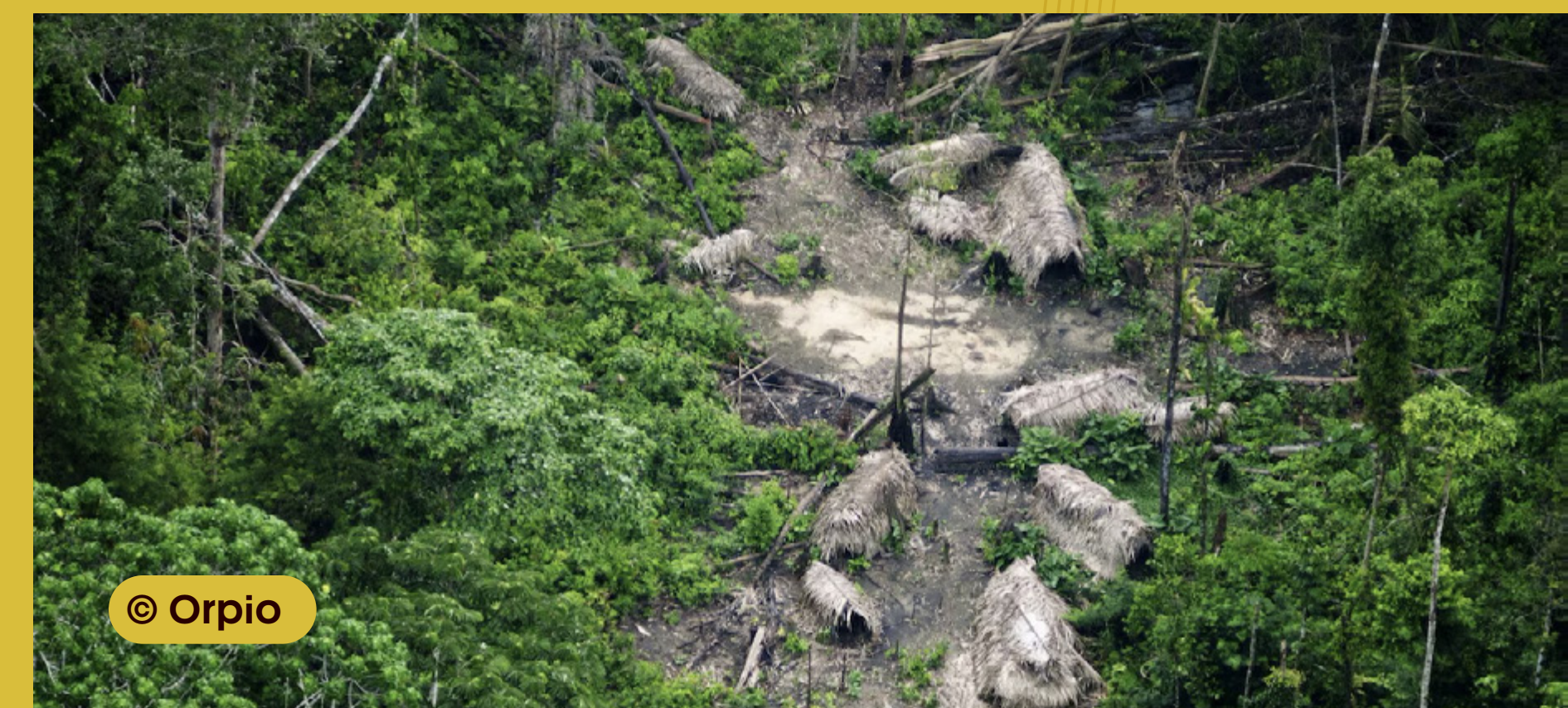
A Reserva Indígena Yavari Mirim, no Peru, aguarda categorização desde 2003, e o atraso tem deixado o território, com presença de povos indígenas isolados, vulnerável a interesses extrativistas, como petróleo e concessões florestais ilegais.

A área faz fronteira com o Vale do Javari, no Brasil, que concentra um dos

maiores números de povos isolados da Amazônia, reforçando a importância da criação da RI Yavari Mirim para a proteção do corredor transfronteiriço Yavari–Tapiche para a proteção dos PIACI.

Organizações indígenas como a Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (ORPIO) e especialistas denunciam a negligência do Estado peruano, que adia há mais de duas décadas a criação da reserva, apesar de sua relevância para a proteção dos povos indígenas isolados, contando com mais de 230 evidências de sua presença na área.

Leia mais no site da Infobae



© Orpio

PERU: Esperanças para a criação de uma grande nova reserva indígena na Amazônia ocidental

A criação da Reserva Yavari-Mirim, destinada a proteger povos indígenas em isolamento na Amazônia peruana, está mais próxima após reunião da Comissão Multisetorial, responsável pelo seu reconhecimento. Proposta há 20 anos, a reserva poderá abranger até 1,3 milhão de hectares na região de Loreto, fronteira com o Brasil, dentro do Corredor Territorial Yavari-Tapiche.

Estudos técnicos confirmam a presença de povos isolados, mas atrasos políticos e pressões de setores contrários a sua criação ameaçam a sua aprovação. A Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (ORPIO) alerta que a demora expõe a área à exploração madeireira, à prospecção de petróleo e ao cultivo e tráfico de drogas. A Comissão deve se reunir em 4 de setembro para decidir sobre a criação da reserva.



ORPIO diz que tudo o que é necessário agora é uma “decisão política” para aprovar a criação da reserva, o que protegeria não apenas os direitos e territórios dos povos indígenas que vivem na região, mas “um dos ecossistemas mais biodiversos do planeta”. Se estabelecida, seria a nona e provavelmente maior reserva indígena criada no Peru para proteção dos povos indígenas isolados.

Saiba mais na reportagem de David Hill

UNIVAJA realiza o 1º Encontro dos Monitores Etnoambientais da Equipe de Vigilância (EVU)

A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) realizou, entre 21 de julho e 1º de agosto, no Centro de Treinamento do Quixito, o 1º Encontro dos Monitores Etnoambientais da Equipe de Vigilância da UNIVAJA (EVU). A iniciativa reuniu mais de cem indígenas das seis equipes responsáveis pela proteção da Terra Indígena Vale do Javari.

Criada com apoio da Fundação Nia Tero, a EVU é a única equipe de vigilância indígena no Brasil que remunera seus integrantes. Em 2024, recebeu o Prêmio Equatorial do PNUD, reconhecimento internacional a projetos de base comunitária, se tratando da mais importante e organizada ação de vigilância indígena no Corredor Territorial Yavari-Tapiche.

O encontro contou com oficinas de mecânica, segurança, navegação, manutenção de embarcações, protocolos de vigilância e elaboração de relatórios. Também teve

a presença de parceiros como Expedicionários da Saúde, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e Fundo Mundial para a Natureza (WWF), além do jornalista Scott Wallace, autor do livro Além da Conquista.

O evento marcou a consolidação do projeto EVU 2.0 e o início do uso do CT Quixito, espaço construído com apoio da Rainforest Foundation Norway, que passou a servir de base para ações indígenas no Vale do Javari.

[Leia mais no site da UNIVAJA](#)



‘Rádios’ recitando Bíblia são encontrados em aldeias de indígenas isolados

Sete dispositivos movidos a energia solar, com mensagens bíblicas em português e espanhol, foram encontrados no Vale do Javari (AM), próximo à fronteira com o Peru, na área do Corredor Territorial Yavari-Tapiche, onde vivem os Korubo, povo indígena

isolado. Os aparelhos, chamados Messenger, são distribuídos pela organização batista americana In Touch Ministries.

A distribuição de tais equipamentos em territórios de povos isolados é proibida pela política brasileira de “não contato”, vigente desde 1987, para proteger essas populações de riscos externos, como doenças. O Brasil registra 114 povos isolados, 29 confirmados pela Funai.

Além dos dispositivos, drones também foram avistados na região, sem confirmação da origem. O caso remete a outras tentativas ilegais de missionários estrangeiros, como a do americano Andrew Tonkin, que em 2020 usou hidroaviões para tentar entrar no Vale do Javari.

[Leia mais no site da Ecoa UOL](#)



© Divulgação/Funai

‘Colômbia’ vira réu como mandante da morte de Bruno Pereira e Dom Phillips

A Justiça Federal do Amazonas aceitou a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) e tornou réu Rubén Dario Villar, o Colômbia, acusado de mandar matar o indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips. A denúncia foi apresentada em 5 de junho, três anos após o crime. Outras oito pessoas já foram indiciadas pela Polícia Federal (PF) por envolvimento na execução e na ocultação dos corpos.

Preso desde 2022, Colômbia também é investigado por pesca ilegal, tráfico de drogas e já cumpria pena por falsificação e chefiar organização criminosa transnacional. Segundo a PF, ele mantinha contato direto com Amarildo da Costa Oliveira, o Pelado, que confessou participação no assassinato.

Bruno e Dom desapareceram em 5 de junho de 2022, no Vale do Javari, maior área protegida do Corredor Territorial Yavari-Tapiche. Dez dias depois, seus restos mortais foram encontrados. O caso expôs a atuação de organizações criminosas ligadas à pesca e caça predatórias, que ameaçam indígenas e servidores ambientais na região.

Bruno era indigenista e consultor da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Dom era jornalista do The Guardian, morava no Brasil há 15 anos e preparava um livro sobre a Amazônia.

[Saiba mais no site da UOL](#)

Três anos sem Bruno e Dom: a luta pelos direitos indígenas e pelo fortalecimento da Funai continua

No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) lembrou os três anos da morte de Bruno Pereira e Dom Phillips e alertou sobre a vulnerabilidade de servidores que atuam na proteção de povos indígenas.

A autarquia intensifica ações na Terra Indígena Vale do Javari, com vigilância territorial, combate ao garimpo e parcerias com órgãos de segurança e organizações indígenas, incluindo operações que resultaram na destruição de dragas, apreensão de armas e madeira ilegal.

Apesar dos avanços, a Funai enfrenta ameaças legislativas que podem restringir suas atribuições, como a demarcação

de terras indígenas e participação em licenciamento ambiental, representando risco aos direitos e à sobrevivência dos povos indígenas.

Saiba mais no site da Funai 

Funai, PF e ICMBio combatem garimpo ilegal no Vale do Javari e causam prejuízo de R\$ 18 milhões aos criminosos

A Operação Kampô, realizada entre 22 e 30 de julho, destruiu estruturas do garimpo ilegal na bacia dos rios Jutai, Bóia e Igarapé Preto (AM), no entorno da Terra Indígena Vale do Javari, causando prejuízo superior a R\$ 18 milhões. A ação integrada envolveu Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) por meio da Coordenação Regional do Alto Solimões (CR-AS) e da

Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (FPEVJ), Polícia Federal (PF) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com apoio da Coordenação de Aviação Operacional e do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia.

Foram destruídas 16 dragas, 5 rebocadores, 6 voadeiras, 4 mil litros de combustível, frascos de mercúrio e outros equipamentos, além da coleta de documentos para futuras investigações. Animais ameaçados, como quelônios da Amazônia, foram apreendidos e soltos.

A operação buscou conter os danos ambientais provocados pelo garimpo ilegal, como assoreamento, contaminação por mercúrio e degradação de rios, afetando diretamente a qualidade de vida de comunidades



tradicionais e indígenas isolados. O Vale do Javari, segunda maior terra indígena do país, e maior área protegida do Corredor Territorial Yavari-Tapiche, abriga cerca de 8,5 milhões de hectares, nove referências de grupos isolados confirmados e aproximadamente 7 mil indígenas de diferentes povos.

[Leia mais no site da Funai](#)

MPI divulga avanços no Vale do Javari no 2o Relatório de Execução do Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena

Entre junho de 2023 e março de 2025, o Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Vale do Javari (PPT-TIVJ) coordenado pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), resultou em 42 Operações Interagências e 211 ações fiscalizatórias, com R\$ 27 milhões em multas aplicadas e 97 prisões. Foram apreendidos mais de 1,5 kg de ouro, 80 mil litros de combustíveis, 157 dragas, 55 balsas, 171 motores, 5,5 toneladas

de pesca ilegal (principalmente de pirarucu), 3,1 toneladas de carne de caça ilegal, 689 animais silvestres, 13.879 ovos de quelônios e diversos equipamentos usados em pesca e garimpo ilegais.

O plano é executado de forma integrada por Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Polícia Federal (PF), Exército, Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar do Amazonas (PMAM), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e outros órgãos, garantindo a proteção territorial, sanitária e cultural dos povos indígenas isolados e de recente contato. A ação inclui fiscalização, proteção e desintrusão de áreas ocupadas ilegalmente, além do acompanhamento contínuo das políticas de proteção e da comunicação à sociedade.

A Terra Indígena Vale do Javari, com 8,554 milhões de hectares, sendo conhecida pela maior concentração de registros de povos

indígenas isolados do mundo, sendo nove registros confirmados e seis registros em estudo além de cerca de 7 mil indígenas de diversos povos. Localizada na fronteira com Peru e Colômbia, a região sofre com atividades ilícitas como garimpo, caça, pesca e exploração madeireira, que ameaçam a vida e os territórios indígenas. O Plano de Proteção também busca honrar a memória do indigenista Bruno Pereira, assassinado em 2022 durante expedição na região.

As ações do Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Vale do Javari contribuem para a proteção dessa importante área do Corredor Territorial Javari-Tapiche.

[Leia mais no site do Ministério dos Povos Indígenas](#)



© Divulgação/Funai



MDHC e CIDH realizam missão conjunta no Vale do Javari com vistas à proteção de defensoras e defensores de direitos humanos

Entre 4 e 7 de agosto, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizou uma missão na Terra Indígena Vale do Javari (AM) para fortalecer a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos nessa região do Corredor Territorial Yavari-Tapiche.

A iniciativa buscou implementar as Medidas Cautelares 449/22, originalmente deferidas a Bruno Pereira e

Dom Phillips, e envolve familiares, órgãos federais, entre eles, Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério Público Federal (MPF), Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) e organizações como Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Artigo 19, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Repórteres sem Fronteiras (RSF), Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI) e União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA).

Entre as atividades, destaca-se a reunião sobre as Medidas Cautelares na UNIVAJA, encontros com defensores, comunicadores locais e reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (CONDEL/PPDDH) do Brasil com participação da CIDH, visando ampliar a presença do Estado e visibilidade às ações de proteção.

Leia mais no site [Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania](#)



Governo rejeita criação da Reserva Indígena Yavarí Mirim

A Comissão Multisetorial, responsável pela categorização das reservas para índios isolados no Peú, rejeitou a solicitação de criação da Reserva Indígena Yavarí-Mirim. Com oito votos contra cinco, a comissão desaprovou o Estudo Adicional de Categorização da reserva ignorando mais de 20 anos de luta indígena pelo seu reconhecimento e 113 evidências de povos indígenas isolados.

Os votos contrários vieram de setores como o Ministério de Agricultura, Defesa e Interior, bem como do Governo Regional de Loreto e das municipalidades de Ramón Castilla, Requena e Maynas. Com uma sessão marcada por pressões políticas de setores contrários e contando com a presença indevida do congressista Celis Mori, autor de um projeto de lei que busca submeter a revisão todas as reservas indígenas já criadas.

As organizações indígenas ORPIO, AIDSESP, CONAP e a Plataforma do Corredor Territorial Yavarí Tapiche denunciarão que o Estado peruano priorizou interesses econômicos e criminais em vez dos direitos humanos. “Se trata de um retrocesso histórico e um atentado contra a Amazônia e seus povos originários”, declararam em um pronunciamento conjunto.

[Leia mais no site da epicentro](#)

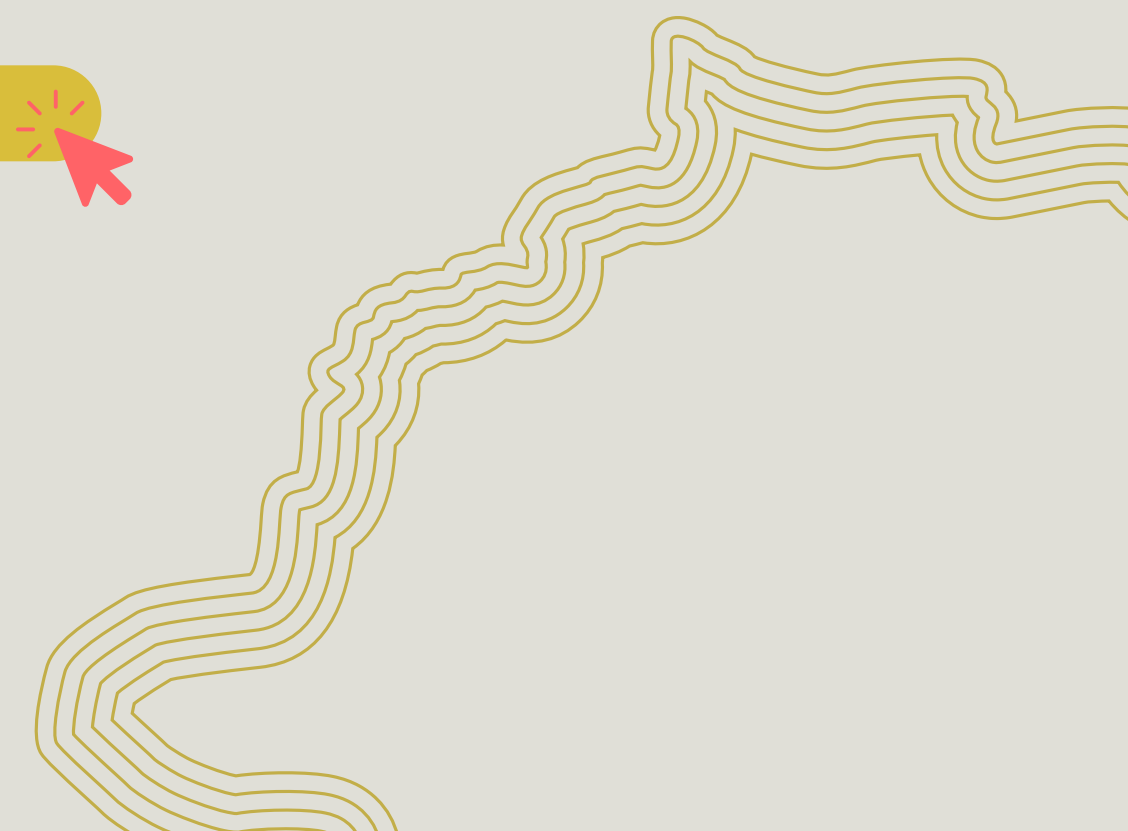
NOTÍCIAS DA FRONTEIRA

Webinário discute desafios da proteção territorial de povos indígenas isolados na fronteira entre Brasil e Peru

Nos dias 13 e 14 de agosto, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) promoveu o webinário “Fronteira Brasil/Peru: desafios dos estados-nações na proteção dos territórios da maior concentração de povos isolados do planeta”.

Com 10 horas-aula, a atividade discutiu os desafios enfrentados por povos indígenas em isolamento e de recente contato, impactos de crimes ambientais, madeiras, estradas e narcotráfico, além de estratégias de cooperação entre Brasil e Peru. O evento foi transmitido pelo YouTube.

[Saiba mais no site da ESMPU](#)



Organizações indígenas exigem o arquivamento do Projeto de Lei 11822, que coloca em risco povos indígenas em isolamento

A Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP) e a Plataforma PIACI destacam que o Projeto de Lei 11822 coloca em grave risco povos indígenas em isolamento voluntário e de recente contato, pois permitiria atividades de hidrocarbonetos dentro de seus territórios de proteção.

As organizações denunciam que a iniciativa ignora convenções internacionais e a própria legislação peruana, priorizando interesses econômicos sobre vidas humanas. Elas exigem que as comissões do Congresso emitam pareceres contrários e que o projeto seja arquivado como uma ameaça direta à sobrevivência desses povos.

Leia mais no site da AIDSESP

Peru: um projeto de lei busca abrir as áreas protegidas para a exploração de hidrocarbonetos

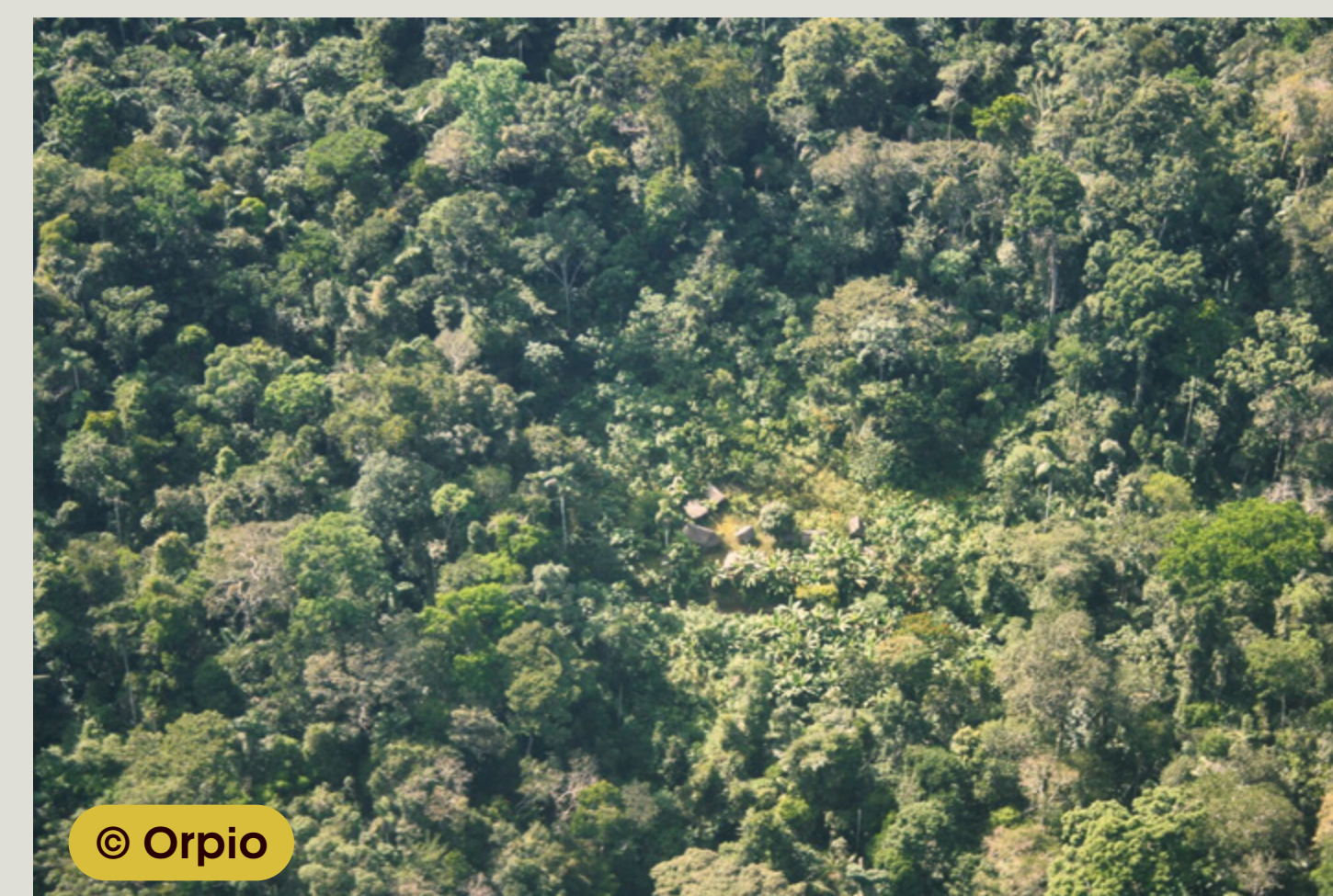
Publicado em julho, o Projeto de Lei 11822/2024-CR, de autoria do congressista Jorge Luis Flores Ancachi (Acción Popular), propõe modificar nove artigos da Lei de Áreas Naturais Protegidas e acrescentar três disposições adicionais. Entre as mudanças, está a possibilidade de se permitir a exploração de recursos naturais em áreas protegidas onde atualmente são proibidos, além de aprovar alterações nessas áreas protegidas por decreto supremo, enfraquecendo o controle parlamentar.

O texto também abre margem para declarar projetos extrativos como de “necessidade pública”, permitindo exploração em parques nacionais e reservas indígenas. Juristas alertam que a proposta é inconstitucional e compromete compromissos climáticos assumidos pelo Peru.

Diversas instituições da sociedade civil e dos povos indígenas se manifestaram contrários a nova proposta que consideraram uma grave ameaça aos direitos dos povos indígenas.

Tal projeto de lei pode enfraquecer a proteção de várias páreas protegidas que se encontram no âmbito do Corerdor Territorial Yavarí-Tapiche, além de dificultar a criação da Reserva Indígena Yavarí-Mirim.

Saiba mais no site da Mongabay



© Orpio

19 anos da Lei PIACI: avanços e desafios na proteção dos indígenas em isolamento

Promulgada em 2006, a Lei PIACI estabeleceu o marco legal para proteger povos indígenas em isolamento e contato inicial no Peru, criando reservas intangíveis que hoje somam 4,5 milhões de hectares na Amazônia.

Apesar dos avanços, o modelo enfrenta graves desafios: falta de financiamento público, forte dependência da cooperação internacional, demora de até 20 anos na categorização de reservas e ameaças crescentes de mineração e narcotráfico. Especialistas apontam ser urgente fortalecer os recursos e a coordenação interinstitucional para garantir a sobrevivência dos povos mais vulneráveis do país.

[Leia mais no site da Actualidade Ambiental](#)

Ágata 2025: operação da Defesa gera R\$ 225 milhões em prejuízos ao crime organizado na Amazônia

Deflagrada em maio e encerrada no início de junho, a Operação Ágata 2025 mobilizou cerca de 2 mil militares das Forças Armadas e resultou em R\$ 225 milhões em prejuízos ao crime organizado em uma ampla faixa de fronteira na Amazônia Ocidental, incluindo a Terra Indígena Vale do Javari. As ações neutralizaram 34 estruturas de garimpo ilegal, apreenderam 20 embarcações,

quase uma tonelada de maconha skunk, 184 kg de cocaína e prenderam 13 pessoas

Na reta final, Brasil e Colômbia realizaram a chamada “operação espelhada”, neutralizando oito garimpos no rio Puruê, com a participação de 200 militares dos dois países. A ação contou com o apoio de órgãos como Polícia Federal (PF), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

[Leia mais no site do Ministério da Defesa](#)



© Mincual/Actualidade Ambiental



© Divulgação/Ministério da Defesa

ISOLADOS EM PAUTA



© Vicente Buyal/Coiab

Em momento histórico, organizações indígenas e indigenistas se reúnem no Vale do Javari para discutir proteção aos povos isolados

Entre 2 e 7 de junho, 18 organizações indígenas e quatro indigenistas, incluindo o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), participaram do II Intercâmbio de Vigilância e Monitoramento na Aldeia Massapê, na Terra Indígena Vale do Javari (AM). O encontro reuniu representantes de 13 povos de nove territórios, onde vivem e circulam grupos em isolamento, para trocar experiências de proteção a esses povos, através de atividades estratégicas que aliam conhecimento tradicional e política pública.

O evento também homenageou Bruno Pereira e Dom Phillips, assassinados em 2022, com a presença de Beatriz Matos (Ministério dos Povos Indígenas), que visitou pela primeira vez o local onde os corpos foram encontrados. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) apresentou o trabalho das II Frentes de Proteção Etnoambiental, enquanto lideranças indígenas reforçaram a importância dos planos comunitários de proteção.

As 22 organizações aprovaram uma carta dirigida aos três poderes, reivindicando a incorporação dos coletivos indígenas de vigilância na política pública de proteção, a regularização de terras indígenas com presença de isolados, a criação de fundo emergencial para situações críticas e a inclusão dos direitos dos povos isolados na COP 30, em Belém.

Saiba mais no site da OPI

Invasões e garimpo seguem devastando Terras Indígenas com povos isolados, apesar das medidas de proteção

Em 2024, Terras Indígenas com povos isolados registraram mais de 2 mil hectares de desmatamento, apesar da queda de 18,2% em relação a 2023, segundo o relatório Sirad-I, lançado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pelo Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (Opi). As TIs Kayapó, Munduruku e Xingu concentraram cerca de 60% do desmatamento, enquanto a TI Kayapó respondeu por 40% dos focos de queimadas, com aumento de 2.000% em relação a 2023.

O garimpo ilegal atingiu a TI Zoró, com 92,2 hectares desmatados, e a TI Munduruku, com 159 hectares, enquanto a TI Piripkura teve redução de 89%, mas ainda perdeu 23 hectares de floresta. A TI Jacareúba-Katawixi também registrou aumento de desmatamento, próximo a empreendimentos e à BR-319.

O relatório alerta para a pressão contínua sobre territórios indígenas isolados e destaca a necessidade de fiscalização e medidas de proteção efetivas.

Saiba mais no site da OPI 

MPF e órgãos parceiros lançam publicação com diretrizes para políticas públicas específicas aos povos indígenas de recente contato

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da 6ª Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, publicou nota técnica com diretrizes para orientar órgãos públicos na proteção de povos indígenas de recente contato. O documento, elaborado em conjunto com Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Ministérios da Saúde, Povos Indígenas e Desenvolvimento Social, reforça a necessidade de atuação integrada e culturalmente adequada,



respeitando a autonomia, os costumes e os modos de vida desses grupos, prevenindo vulnerabilidades e impactos irreversíveis.

As diretrizes abordam temas como acesso a políticas públicas, assistência social e saúde diferenciada, documentação civil, barreiras de acessibilidade e garantia do direito à consulta livre, prévia e informada. Destaca-se a importância de medidas de proteção contínuas, tradução cultural e acompanhamento especializado, especialmente diante da vulnerabilidade epidemiológica desses povos.

O MPF ressalta que o contato só deve ocorrer em situações excepcionais de risco extremo, e que a autodeterminação e a preservação territorial são fundamentais. Os povos indígenas de recente contato vivem muitas vezes em áreas remotas, fronteiriças ou em terras não homologadas, e seu conhecimento ancestral é reconhecido como patrimônio cultural.

Saiba mais no site do MPF

Ameaça na Amazônia: Povo indígena isolado enfrenta madeireiros e narcotraficantes

O maior grupo indígena em isolamento voluntário do mundo, os Mashco Piro, enfrenta uma crise humanitária na fronteira entre Acre (Brasil) e Peru. Conflitos por invasões, exploração madeireira ilegal e mudanças climáticas aumentam a vulnerabilidade do povo, enquanto a fiscalização é insuficiente e a cooperação binacional ineficaz.

Observações recentes indicam deslocamentos e medidas de proteção da comunidade, mas a lentidão na implementação de políticas públicas compromete a sobrevivência e a preservação de sua cultura milenar.

Leia mais no site da Na Hora da Notícia





© Iniciativa Amotocodie

Os Ayoreo Não Contatados Podem Ser Salvos?

No norte do Chaco paraguaio, mais de cem Ayoreo continuam vivendo isolados, apesar de a maior parte do povo ter sido contatada à força nos anos 1960. Esses grupos nômades enfrentam ameaças como desmatamento, crise climática e grandes obras de infraestrutura.

Recentemente, voluntários Ayoreo localizaram os restos do guia argentino Wenceslao Benoit, destacando o conhecimento profundo que têm de seu território. ONG Iniciativa Amotocodie defende o direito desses povos de permanecerem em isolamento, enquanto seu território original no Paraguai já foi reduzido em 98%.

Leia mais no site do [The Paraguay Post](#)



EXPEDIENTE

Redação, edição e revisão:

Helena Ladeira, Hilton S.
Nascimento, Rafael Nakamura
e Tiago Kirixi Munduruku

Equipe do Programa Javari:

Clayton de Souza Rodrigues,
Janekelly D'ávila, Rafael Monteiro
Tannus e Thiago Arruda.

Projeto gráfico:

Estúdio Entremeio



CORREDOR
BOLETIM
INFORMATIVO
YAUARI
-TAPICHE

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO



Rainforest Foundation
Norway